

Uma data importante para Washington

por José Casado
de Washington

Há duas novas manias nos escritórios da administração Ronald Reagan, em Washington, que cuidam de assuntos brasileiros.

Uma é olhar para a agenda de março, todas as vezes em que o Brasil é mencionado numa conversa.

Outra é atender a alguém que relata um problema com uma resposta pronta: "A culpa é do Funaro". Não importa se o ministro brasileiro tem, ou não, algo a ver com a questão.

"No Equador, a culpa é de Deus, que foi o autor do terremoto. No Brasil, não", ironiza-se. "Há semanas que o Brasil é o meu pesadelo favorito", diz um dos integrantes do "staff" econômico do presidente Reagan.

Nas agendas do Tesouro, do Departamento de Estado e do "board" do Federal Reserve, o dia de hoje, terça-feira, aparece assinalado com tinta vermelha. E quando vencem os US\$ 15 bilhões em créditos de curto prazo que os bancos privados estrangeiros mantêm com o Brasil.

O governo José Sarney pediu uma prorrogação do prazo por mais sessenta dias. O comitê central dos credores privados enviou um telex, aos 750 bancos envolvidos na negociação, relatando o pedido, mas sem recomendá-lo.

Tem-se como certo que boa parte dos bancos pequenos e médios dos Estados Unidos não vai envolver-se na renovação. Prevê-se, enfim, um aumento da pressão sobre o Brasil nos próximos dias — cartas de crédito para importação já dependem de confirmação prévia, por exemplo.

"Mas não vamos ter uma catástrofe", explica um funcionário do Departamento de Estado, "estamos assistindo a um jogo de cartas, ninguém quer quebrar o Brasil, ou pôr em risco o sistema financeiro mundial: apenas deseja-se fazer o melhor e o mais rápido acordo possível."

A 7 de abril prevê-se o desembarque de Dilon Funaro em Washington, para começar a operar em bases reais a negociação da dívida.

da. A expectativa é de que ele traga, na bagagem, um projeto de política econômica interna consistente e coerente com uma proposta financeira externa, isenta daquilo que funcionários de diferentes departamentos do governo norte-americano chamam de "mitos".

Um deles seria de natureza diplomática. Acha que parte do governo brasileiro aposta que a questão da dívida tende a ser tratada por Washington como um assunto de Estado, exclusivamente, saindo da mesa do secretário do Tesouro, James Baker III, para a mesa do secretário de Estado, George Shultz.

"Isso é ridículo", comenta-se. "Tanto quanto achar que o peso específico do Brasil supera o do México na estratégia global dos Estados Unidos para preservar seus interesses políticos no Ocidente."

Na perspectiva de Washington, é fundamental preservar o regime democrático no Brasil. E a questão da dívida representa um "elo-chave". Mas é incomparável ao que o México significa na estratégia norte-americana.

Justifica-se: "Temos uma enorme fronteira. Nenhum país rico possui uma fronteira tão grande com uma nação tão pobre quanto o México. Além disso, a economia de cerca de um terço do território norte-americano está totalmente integrada com a economia mexicana", argumenta um



Paul Volcker

dos chefes da diplomacia de Washington.

Em fevereiro do ano passado, conta um assessor econômico da Casa Branca, o México estava "quebrado", o presidente Miguel de la Madrid, politicamente imobilizado. O Departamento do Tesouro elaborou, então, uma proposta técnica: os bancos privados fariam um novo acordo e o México aceitaria um ortodoxo programa de ajuste de sua economia, que, em última análise, provocaria uma queda de 25% na renda nacional, no curto espaço de dez a vinte meses.

A "proposta" foi vista por George Shultz, secretário de Estado, que chamou a atenção de James Baker III, do Tesouro, para as prováveis consequências políticas e sociais.

Houve uma reunião, no final daquele mês, entre Shultz, Baker e o vice-almirante John Poindexter, então chefe do Conselho de Segurança Nacional — atualmente afastado por

envolvimento no escândalo "Irangate". Ali se decidiu que o México deveria ter o apoio necessário ao menor "custo" político possível.

Donald Regan, ex-chefe da Casa Civil, referendou. Dias depois Paul Volcker, presidente do Federal Reserve (Fed), desembarcou no México para um jantar com De la Madrid. Sugeriu um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O presidente mexicano recusou. Volcker, então, disse-lhe que o FMI faria um programa "muito especial", mudando um pouco os seus critérios de auditoria e sendo mais flexível no acerto das metas econômicas. O acordo foi formalizado nos dias seguintes.

Em Washington, agora, insiste-se em dizer que "o Brasil é diferente". Mas não significa total inflexibilidade nas regras do jogo. No "board" do Fed, por exemplo, manifesta-se plena compreensão com a visão política do governo José Sarney em suas relações com o FMI. Deixa-se claro que a assinatura de um acordo formal entre o Brasil e o Fundo, neste momento, "é uma coisa secundária", do ponto de vista do Fed. Com uma ressalva: "talvez não seja assim para os bancos privados".

Há unanimidade, do Fed aos ministérios do governo Reagan que tratam da dívida brasileira, quanto ao que consideram a questão-chave da negociação: "A premissa para o diálogo, em qualquer nível, é uma

política econômica interna certa e coerente com uma proposta de reprogramação dos pagamentos", resume um assessor do Tesouro.

Acredita-se que o Brasil está isolado (todos os outros países já fizeram ou estão por fazer acordos), sem reservas cambiais, com um governo inseguro, ressentido de apoio político interno, incapaz de enfrentar as consequências econômicas e sociais da manutenção da moratória da dívida por um período superior a dez meses. Com o agravante: o adversário, os bancos privados credores, estaria com "caixa" suficiente para agüentar mais um ano de prejuízos com a "reclassificação" de seus créditos ao Brasil.

Assim, em Washington se projeta um cenário de longa negociação, que acaba em um acordo em torno desses pontos:

- Sem o formalismo do FMI, o governo brasileiro poderia em execução um programa econômico interno, cujo objetivo seria um ajuste e estabilização das contas nacionais. Haveria uma recessão temporária (que, na prática, já começou com o Cruzado II, em novembro de 1986), com redução do salário real dos trabalhadores, desaceleração do consumo e aumento da produtividade na indústria. A negociação ficaria o prazo e a intensidade dessa

- O governo Sarney acertaria com os bancos

pequenos e médios uma maior flexibilidade na forma de operar com as linhas de crédito de curto prazo. Examinaria a possibilidade de comprar títulos da dívida no mercado secundário, de trocar parte dos títulos por ativos industriais, em setores específicos, não-estratégicos, e de converter dívidas em capital de risco, nas empresas estrangeiras já instaladas no País. Estimularia o ingresso de novos investidores externos, e estabelecendo critérios de igualdade de tratamento creditício para empresas privadas nacionais e estrangeiras.

- Com isso, obteria uma razoável (longa) reprogramação do estoque da dívida, mudanças drásticas no perfil de vencimentos dos títulos e garantiria um mínimo de US\$ 4 bilhões anuais de novos recursos (pelo menos US\$ 2 bilhões de agências oficiais).

E com idéias nessa direção que os funcionários norte-americanos pretendem conversar com o ministro Funaro, em duas semanas, começando aquilo que o embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, chama de "A Operação".

Moreira diz-se otimista: "Estamos no rumo certo. Tenho indícios concretos de que, pelo menos no nível conceitual, os Estados Unidos já compreenderam a posição do Brasil. E o primeiro passo".